

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

21



Ἰσοπέδιον ἔστω τοῖς ποσσὶν ἵππων
καὶ τῶν ἀνθρώπων ἵππων
MHNIN AEIDΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

optado por um índice remissivo melhor ainda ficaria este volume, que só peca por não ter havido um tratamento gráfico editorial mais eficaz que hierarquizasse devidamente os títulos de capítulos e títulos das obras aqui apresentadas (eles surgem no mesmo tipo e corpo de letra).

Muito útil é esta obra não só para os alunos universitários que nos seus cursos estudam a temática aqui tratada mas também para os leitores em geral que queiram conhecer melhor a produção literária do Hatti. Acompanhando o desejo expresso pelo Autor, que jubilosamente parabenizamos pelo seu trabalho, bom seria que, com a leitura dos velhos mitos do passado pré-clássico, entre os quais se encontram os que foram escritos e divulgados pelos Hititas, pudéssemos redescobrir a nossa própria humanidade.

Luís Manuel de Araújo

MARIA HELENA TRINDADE LOPES, *Mênfis: O Rosto de Apriés*, Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2010, 276 pp., profusamente ilustrado, ISBN 978-989-671-037-8

Começamos pelo título desta obra: ele refere dois nomes, um topónimo (Mênfis) e um antropónimo (Apriés). São duas formas onomásticas que naturalmente chamam a atenção dos leitores, a começar por aqueles que se interessam por temas relacionados com o antigo Egipto, sendo pois de esperar que esses nomes fossem os fios condutores do texto.

Depois do índice inicial (p. 5), onde faltou indicar as páginas da bibliografia (pp. 67-73), o volume abre formalmente com um prefácio da autoria do egiptólogo francês Pascal Vernus (pp. 9-11), seguido pelo preâmbulo (p. 13-15), onde se lembra a génese do «projecto arqueológico português em Kôm Tumân» e se fazem agradecimentos a todas as pessoas que participam ou participaram e apoiaram os trabalhos. A todas?...

O texto da introdução tem apenas meia página (p. 19), e sobre as ruínas do palácio do faraó Apriés no local onde têm decorrido as escavações fica o leitor avisado: «A compreensão da verdadeira importância deste monumento, e conseqüentemente, deste projecto só poderá ser verdadeiramente alcançada se tivermos em conta três realidades: a cidade de Mênfis, o reinado de Apriés e, por último, o tipo de construção em presença.»

Assim, haveria que sublinhar devidamente a importância de Mênfis e de Apriés, que de resto são os nomes que na capa deste volume intentam

desde logo captar o interesse do leitor. A autora procura fazê-lo nos dois capítulos que se seguem: «Mênfis» (pp. 21-25) e «O reinado de Apriés» (pp. 27-31), completado por outro sobre «O palácio» (pp. 33-40).

A anteceder as cinco páginas dedicadas à famosa cidade egípcia e aos vários trabalhos arqueológicos que lá foram realizados no século XX insere-se um mapa da região (p. 20), com um deficiente posicionamento da necrópole de Sakara e onde não consta Mit Rahina, no qual se assinalam as pirâmides de reis do Império Antigo e do Império Médio, entre as quais a de um tal «Benusret III» (trata-se do conhecido rei Senuseret III).

A importância da cidade de Mênfis nos tempos faraónicos (e foram cerca de três mil anos!) colhe-se aqui somente numa página e meia. E logo no início, quando se esperaria uma explicação para o nome por que hoje é conhecida, vem uma informação que induz em erro o leitor, dado que à frente da expressão original de Men-nefer vem «a cidade que desapareceu» (p. 21). A tradução portuguesa de Men-nefer é «Estável e bela», e era o nome da pirâmide do rei Pepi I erigida na vizinha região tumular de Sakara. Também não se explica porque é que o antigo nome era Ieneb-hedj, o Muro Branco (ou a Fortaleza Branca), e, pior ainda, não se justifica devidamente a fundação de Mênfis, nem se alude à época da sua criação. E quanto a nomes, não seria de todo descabido evocar que foi da designação do templo de Ptah existente na cidade que derivou o actual nome de Egipto (Hut-ka-Ptah).

Depois lembra-se que a cidade perdeu importância em favor de «cidades provinciais como Heracleópolis, Hermópolis e Tebas, nos Impérios Médio e Novo» – não foi bem assim... Heracleópolis (Henen-nesu) foi de facto a capital da IX e X dinastias, mas isso no Primeiro Período Intermediário, não no Império Médio, e não se percebe o que faz aqui Hermópolis (Khmunu) que não teve qualquer relevo em relação a Mênfis. No início do Império Médio, depois da vitória de Mentuhotep II em Uaset (Tebas), Mênfis cede o seu lugar primordial para Iti-tau (Licht) algures na fértil região do Faium, e no Império Novo é suplantada por Uaset e depois por Per-Ramsés no Delta. Durante o Terceiro Período Intermediário e a Época Baixa novas capitais políticas e administrativas surgem no Delta, como Tânis e Sais, entre outras, e na Época Greco-romana é definitivamente secundarizada em favor de Alexandria.

Por outro lado, em Mênfis havia o porto de Perunefer de onde saíram algumas das expedições militares do Império Novo, os abastecimentos e os reforços para as guarnições egípcias na Síria-Palestina, e era lá que residia o vizir do Norte (quando no Império Novo se instituiu o duplo vizirato), além de a cidade ter sido sempre a capital da 1ª província do Baixo

Egipto – mas estes aspectos não foram mencionados. Dir-se-á que apenas se pretendeu fazer no livro um simples resumo, que aliás é exactamente igual ao que já tinha saído em *Hathor* (5, 2002, pp. 55-56), mas os leitores certamente esperariam mais de uma cidade tão famosa e importante, e não a informação que com decepcionante parcimónia lhes é dada, até porque o título do volume é, talvez em desavisada hipérbole, precisamente *Mênfis!*

O reinado de Apriés, que se prolongou por quase vinte anos (589-570 a. C.), é descrito em cinco páginas, pegando num texto que já tinha sido publicado em *Hathor* (5, 2002, pp. 58-62) – mas sempre é mais que a magra página e meia dedicada à milenar *leneb-hedj*. Tal como ocorrera em relação a Mênfis, também aqui a autora começa por explicar os nomes do rei nas suas formas originais egípcias: Haaibré Uahibré. Para o primeiro nome é dada a tradução de «Alegre está o coração de Ré para sempre», o que não é verdade, a expressão «para sempre» não consta na cartela real (e que corresponde ao quarto nome da titulação real, recebido na coroação), e este erro já tinha aparecido na mencionada revista (p. 59).

Na p. 27 insere-se uma «estátua naófora genuflexa de Apriés», quando ela nada tem a ver com o rei, pertence a um funcionário homónimo cujos títulos o apresentam numa inscrição hieroglífica da base como governador e comandante militar. O monumento encontra-se no British Museum e a imagem já constava no antigo catálogo do Museu, de 1930 (*A General Introductory Guide to the Egyptian Collections of the British Museum*, p. 390, fig. 215). Na verdade, o facto de a personagem ter um nome semelhante não faz dele um rei, até porque a figura não exhibe qualquer símbolo que a identifique como um faraó e a iconografia da realeza é (ou devia ser) bem conhecida. Na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian há uma tipologicamente semelhante (estátua de Djedhor), como de resto se pode apreciar em muitos acervos de museus europeus e americanos, para já não falar dos exemplares no Museu Egípcio do Cairo. Também podia ter sido evitada a complexa referência na legenda com aquele gosto complicado de referir a figura ajoelhada como uma «estátua naófora genuflexa», na linha do estilo arrevesado que constava em algumas das antigas legendas da sala que exhibe a colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian antes da remodelação do espaço e da edição de um novo catálogo (2006).

Para ilustrar o texto alusivo ao rei teria sido preferível incluir uma imagem de Apriés que figura numa estela do British Museum (*idem*, p. 387, fig. 213), ou uma estela datada do ano 12 de Apriés, oriunda de Sakara e hoje no Museu do Louvre, referindo o sepultamento do boi Ápis, e onde o rei se declara como amado de Ápis. Foi também esquecido um conhecido obelisco deste faraó que hoje se encontra em Roma e

que foi para lá transportado no reinado de Diocleciano, desde Sais, a capital da dinastia, onde o monumento foi erguido juntamente com outro que desapareceu. Trata-se do exemplar mais pequeno de entre os doze obeliscos egípcios que existem em Roma, sendo designado pelo nome de «Pulcino della Minerva», e que exhibe os nomes do monarca. Em Alexandria (Kom el-Chugafa) encontram-se esfinges acéfalas com uma versão reduzida da titulação de Apriés, sendo ali bem legíveis os nomes de Haaibré Uahibré. Tal como na situação anterior, dir-se-á que o reinado não foi significativo mas a verdade é que o nome do rei consta no subtítulo da obra e é o seu «rostro».

Segue-se a descrição do palácio de Apriés, que repete um texto já antes publicado em *Hathor* (5, 2002, pp. 47-51), completado por uma secção dedicada ao trabalho arqueológico realizado pela equipa que escava no local, encetando com a primeira temporada, ocorrida em 23 dias, entre 17 de Março e 8 de Abril de 2000 (p. 41). A segunda temporada durou 27 dias e decorreu entre 18 de Abril e 13 de Maio de 2001, de acordo com o relatório saído antes em *Hathor* (5, 2002, pp. 51-55). A terceira temporada levou também 27 dias, de 12 de Outubro a 7 de Novembro de 2002, aqui figurando o texto do relatório já publicado em *Hathor* (6, 2005, pp. 11-13). Não é dada qualquer explicação para a ausência do ano de 2003 na lista, mas na quarta temporada, que durou um mês certo, em Abril de 2004, não ocorreram trabalhos de escavação dado que o período foi dedicado a estudar os materiais achados em 2001 (pp. 51-53). Por fim, a quinta temporada decorreu entre 5 e 24 de Abril de 2008, durando por isso só vinte dias, tendo sido feita prospecção e escavação e estudos sobre a estabilidade do solo (pp. 53-61). A ausência de trabalhos de escavação nos anos de 2005, 2006 e 2007 não merece na obra um esclarecimento para o facto.

Na conclusão (pp. 65-66) seria de esperar a leitura de aspectos de carácter científico e metodológico acerca do ingente trabalho realizado ao longo de vários anos e, na sequência da experiência granjeada, os projectos para o futuro próximo, mas as conclusões resumem-se em onze linhas onde se enumeram as três zonas diferenciadas do espaço, que foram pressentidas anteriormente. Afinal o que ressalta do resto do texto da conclusão é a lícita, mas neste caso incongruente e nefelibática, predisposição emocional e bem particular da autora, com um tipo de redacção mais própria do preâmbulo introdutório da obra, onde tais estados de alma já tinham ficado expressos, e não num texto conclusivo de trabalhos arqueológicos.

Seguem-se as abreviaturas utilizadas (p. 67), a bibliografia consultada, que não consta no índice inicial mas que no entanto ocupa sete páginas,

com alguns apelidos em versaletes e outros não (pp. 67-73) e as notas (pp. 74-75), que deveriam ir antes da bibliografia, como é habitual, mas aqui aparecem depois. Como seria de esperar, a bibliografia inclui os estudos pioneiros de Flinders Petrie dos inícios do século XX, com presença justificada das obras de Barry Kemp, Lisa Giddy e David Jeffreys. Deste autor contam-se treze títulos, um deles em livro e os restantes artigos, alguns dos quais redigidos com Lisa Giddy e Jaromír Málek, não constando estranhamente na lista um artigo que o mesmo David Jeffreys publicou com Ana Tavares, egiptóloga portuguesa a residir desde há muito em Inglaterra e que foi decisiva para o arranque do projecto em 2000.

E aqui termina o texto da autora, que ocupa cerca de cinquenta páginas, das quais onze com esquemas ou fotografias, e quatro em branco (separadores), seguindo-se os anexos, que vão da p. 77 à p. 274. A maior parte do volume é pois ocupada por desenhos acompanhados por textos descritivos dos objectos encontrados na escavação, dos quais só um escasso número está completamente intacto. A indigência de grande parte do material achado não impede que os leitores apreciem a boa qualidade de traço de quem desenhou os fragmentos dos artefactos, pelo que os nomes das desenhadoras e arqueólogas que elaboraram os minudentes desenhos deveriam constar com o devido e justo destaque no início dos anexos – que afinal de contas são a parte precípua e fundamental de todo o volume. Os nomes de Silvina Silvério, Elisabete Barradas, Susana Bailarim e Teresa Rita Pereira mereciam mais que a sumária referência no texto de agradecimento do preâmbulo (p. 14). É que, para além da qualidade dos desenhos, os textos explicativos foram, em geral, redigidos em linguagem própria de quem tem formação arqueológica de base (as arqueólogas mencionadas e certamente a arqueóloga Sofia Braga), valorizando assim a compreensão das imagens.

O anexo 1 (catálogo 2002) regista os objectos encontrados com descrição e respectivo desenho, os quais já tinham sido publicados em *Hathor* (6, 2005, pp. 28-117). Começa na p. 79 com uma pequena cabeça de figura masculina de esteatite, da Época Baixa, que se sugere representar um «prisioneiro de guerra». No texto anteriormente saído na revista *Hathor* não se referia este aspecto mas agora registou-se que a pequena cabeça será «provavelmente de um prisioneiro de guerra» sem se justificar esta surpreendente conclusão. Era preferível ter aqui alguma prudência, além de que conviria conhecer as representações de prisioneiros de guerra e as circunstâncias em que eles aparecem, sobretudo em baixos-relevos. No esgaravelho que se registou na p. 81 é duvidoso que lá esteja o nome de Amon-Ré (no texto referido apenas se indica em transliteração: *Imn-Re*), pois não há garantia segura que

lá conste este nome – o que se vê na base são, aparentemente, dois signos bilíteros *mn* tendo entre eles dois frustes sinais irreconhecíveis. Mesmo a partir da referência de Newberry (*Ancient Scarabs*, pl. XXIX, fig. 32) nada permite concluir que lá esteja o nome da divindade sincrética Amon-Ré. Em todo o caso, este escaravelho e um outro tipologicamente semelhante (p. 149) são descritos usando uma correcta terminologia, pelo que certamente foram consultadas obras em português sobre o estudo destes típicos objectos mas elas não constam na bibliografia.

Depois vem o anexo 2, que insere um desdobrável com o desenho do muro de vedação norte do palácio, aqui com mais legibilidade que o desenho circunscrito que havia saído em *Hathor* (6, 2005, pp. 26-27).

O anexo 3 (catálogo 2004) regista um considerável lote de objectos, todos eles num deplorável estado e bastante fragmentados. O único que merece relevo é um escaravelho com uma inscrição na base, semelhante a inúmeros exemplares do género encontrados um pouco por todo o Egipto. O exemplar achado em Kom Tuman é de esteatite, e já antes, na p. 44, se tinha anunciado a descoberta, na segunda temporada, de um escaravelho com «uma inscrição na base: *Mn-hpr-r*» – mas o que é que isto diz aos leitores? O que é deveras estranho (ou se calhar não...) é na página seguinte (p. 45) se aludir com algum detalhe à equipa de televisão que lá esteve a filmar e não se prestar a imprescindível informação sobre a importância do nome gravado no escaravelho e, ao menos isso, dar a transcrição para a forma mais legível e mais curial de Menkheperre, sublinhando a importância do nome e, com ele, a evocação do famoso rei Tutmés III. No meio de tantos fragmentos, merece algum destaque um pedaço de uma estela de calcário (p. 252) onde se vêem representações parciais de duas figuras e alguns signos hieroglíficos que não chegam para a elaboração da legenda: não se comprova que lá esteja o deus Ré, nem que a imagem da esquerda seja de uma senhora, e a «tradução» que se faz dos dispersos e inexpressivos hieróglifos não tem fundamento sério. Se quem elaborou o texto «explicativo» tivesse observado muitas estelas da época veria que a divindade à direita pode ser outra e não necessariamente o deus Ré, e verificaria ainda que o tipo de indumentária masculina era então muito semelhante à feminina em representações do género (e ainda por cima pouco se vê da figura «feminina» da esquerda). Quanto aos hieróglifos presentes, eles não permitem concluir com a abusiva frase proposta – mais valia referir a impossibilidade de qualquer tradução coerente a partir de dados tão escassos.

Seguem-se três pequenos anexos, com o anexo 4 (pp. 257-264) a mostrar plantas de escavação e material fotográfico e de desenho,

o anexo 5 (pp. 265-270), com um relatório preliminar relativo ao poço encontrado durante o trabalho de escavação assinado por Sofia Fonseca Braga, Luís Teixeira Pinto e Teresa Rita Pereira, e o anexo 6 (pp. 271-274), redigido por Sofia Fonseca Braga e Luís Teixeira Pinto, onde se apresenta «O Palácio de Haa-ib-re: aspectos da construção», patenteando aqui uma forma anómala de escrever o nome do rei (que no próprio título do livro aparece como Apriés correspondente a Haaibré).

Uma melhor revisão do texto evitaria o erro na palavra «seleção» (p. 55) e colocaria a palavra *djed* em itálico como é habitual (p. 96), além de ser insólita a referência a «uma ânfora *knidian*» (p. 58) em vez de se aludir a uma ânfora de Cnido (uma bem conhecida cidade grega da Ásia Menor, na região da Cária, hoje na Turquia), e refere-se a função de adoradora divina (*duat-netjer*) mas não se explica o que isso é (p. 27). A alusão a «Hórus Harpócrates» (p. 61) é deveras estranha pois são figuras diferentes, ou é Hórus ou é Harpócrates, sendo esta forma a versão grega do egípcio Horpakhred (Hórus Criança). A imagem desta figurinha, anunciada como fazendo parte de um lote de objectos, não consta no desenho da p. 260 onde tais peças se apresentam. Regista-se ainda o achado de «dois pequenos *udjat* de faiança», mas muitos leitores ficam sem saber o que significa isso (p. 61). Um demasiado seguidismo de originais estrangeiros e o desconhecimento da correcta terminologia em português, já antes detectada com a «ânfora *knidian*», vê-se também com a expressão «altos sacerdotes» (passado do inglês *high priests*) em vez da referência aos sumos sacerdotes menfitas (p. 23), ou o uso do termo «pílon» (p. 24) quando em português existe pilone para aludir às torres que flanqueavam as entradas dos templos egípcios.

A falta de rigor na terminologia nota-se, por exemplo, em relação à povoação de Mit Rahina, que na p. 24 é uma vila e na p. 25 já é chamada cidade, e o nome do sítio onde têm decorrido as escavações é sempre referido como «Kôm Tumân», com desnecessários acentos circunflexos (compare-se com as formas correntes de Kom Ahmar, Kom Ombo, entre muitas outras). Aliás, o desregramento vê-se quando a autora insiste em Kôm Tumân, mas já prefere Kom Rabi'a e Kom Fakhry na p. 24, além de se poder aqui escolher entre Mît Rahina (p. 19), Mit Rahina (p. 24) e Mît Rahîna (p. 25), o mesmo ocorrendo com Kôm Rabi'a (p. 22) e Kom Rabi'a (p. 25). Este exagero de acentuação circunflexa assoberbou de tal forma a redacção do texto que escapou o acento em Tânis (p. 31). Há também erros noutros nomes, como é o caso do topónimo Zauiet el-Arian, uma zona tumular a sul de Guiza, o qual aparece na p. 21 como Zawáyet el-Aryan quando no mapa da página anterior tinha surgido como Zawyet

el-Aryan. Quanto à antiga cidade de Cnido, situada em território que hoje pertence à Turquia, aparece escrita como Knidos (p. 75, nota 87), e diz-se que fica na «península Dacta», quando devia ser a península de Datcha (da forma turca Datça). Por outro lado, é supérfluo o acento no nome da capital da XXVI dinastia, que é Sais e não Saís (p. 30), mantendo-se nesta mesma página as formas iguais às dos originais consultados (casos da deusa Neith e oásis de Bahrija, em vez de Neit e Bahareia como deveria ser em função da sua prosódia mais correcta).

A displicência terminológica também se verifica na periodização temporal, pois tanto se vê «Período Saíta», assim com maiúsculas (p. 27), como «época saíta» (p. 28), «Período Ptolemaico» (p. 40 e outras) como «Época Ptolemaica» (pp. 116, 117 e outras), e tanto se pode ler «Período Romano» (p. 118 e outras) como «Época Romana» (p. 132 e outras), além de a Época Greco-romana aparecer como «Época Ptolemaica/Romana» (p. 184 e outras). Haveria que definir prévia e claramente as designações tradicionais no nosso país de Época Baixa (que se subdivide em período saíta, período persa e outros) e Época Greco-romana (que inclui o período alexandrino, o período ptolemaico e o período romano).

Reconheça-se entretanto a boa qualidade gráfica do volume e a excelência das imagens inseridas, estando por isso de parabéns a editora «Tinta-da-china». Porém, a editora já não foi tão feliz quando no seu *site* anuncia as «incríveis descobertas» (!?) feitas no local, iludindo assim os leitores. De resto, a autora comunga do tom exagerado que se poderá bem sopesar quando se lê, na p. 22, que Mênfis se consagrou como «o maior centro religioso do país» – então e Lucsor, com os seus templos amonianos e as mais famosas e concorridas festas religiosas do Egipto no Império Novo?... Ora este comportamento tem a ver com a desmedida alusão à famosa Mênfis (foco de atracção na capa do volume e noutros textos produzidos a propósito do empreendimento), quando afinal a equipa não escava nas ruínas da histórica cidade de Ptah. De facto, a área prospectada não fica propriamente em Mênfis, a célebre capital do antigo Egipto durante algumas fases da sua longa história, mas sim «a norte de Mênfis, em Kôm Tumân», como a própria autora esclarece na p. 19. Soa por isso de forma desagradável a frase, eivada de um certo desígnio «nacional», de que, com a ida para Mênfis, ou melhor, para Kom Tuman, foi possível «Portugal iniciar a sua aventura arqueológica». Percebe-se a desajustada intenção de aumentar exageradamente o valor da «expedição portuguesa», daí a infeliz afirmação do preâmbulo que «Portugal era, até ao fim do século XX, o único país europeu a não ter uma concessão arqueológica no território egípcio» – o que não é verdade! Também deveria haver mais comedimento

em expressões como a que se lê na p. 14, alardeando que o Egito seria o «espaço por excelência da arqueologia mundial».

Finalmente, é justo que se mencione e se agradeça às pessoas que têm acompanhado no terreno o projecto, por vezes com grandes contrariedades, que de resto outras equipas um pouco por todo o Egito também sentem. Só é chocante que não constem nos agradecimentos os nomes de vários colaboradores que na difícil e incerta fase inicial de arranque deram o seu contributo intelectual e físico para que o trabalho pudesse começar com segurança, e alguns deles até tinham formação de base em arqueologia a nível teórico e prático (um deles era até licenciado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra). E neste obnócio apagamento ficou também de fora a egiptóloga portuguesa Ana Tavares, membro da Ancient Egypt Research Associates e co-directora da Giza Field School, e que actualmente prossegue escavações na zona de Guiza, área arqueológica muito mais importante que Kom Tuman.

Não se compreende a injustiça da omissão do nome de Ana Tavares que foi na verdade a alma impulsionadora do projecto inicial e que nos anos 90 sugeriu a ideia de uma escavação no Egito. Ora esta egiptóloga redigiu, juntamente com um grande especialista da área, David Jeffreys, um artigo sobre «The historic landscape of Early Dynastic Memphis», que saiu na revista alemã *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts, Abteilung Kairo*, nº 50 (1994, pp. 143-174), mas este contributo não consta na bibliografia indicada. No fundo, esta atitude diatribica está de acordo com o acintoso esquecimento dos nomes das pessoas que no começo dos trabalhos de preparação arcaram com as dificuldades mas que depois foram pura e simplesmente omitidos – aliás, os antigos Egípcios faziam o mesmo, varrendo da história e da memória os nomes que não lhes agradavam, apagando-os das listas.

Luís Manuel de Araújo

ASA STRANDBERG, *The Gazelle in Ancient Egyptian Art. Image and Meaning*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2009, 262 pp., 83 figs. ISBN 978-91-506-2091-7.

A obra, que corresponde à tese de doutoramento da autora, parte do pressuposto de que o conceito moldou a arte do antigo Egito, tornando os motivos canónicos um modo de expressão viável, sendo estes frequentemente ilustrados com recurso ao imaginário animal. Alguns